

Sumário

1. OBJETIVOS	2
2. INTRODUÇÃO	2
3. ESTRUTURA E RESPONSABILIDADE	3
4. MODELO DE NEGÓCIOS E PERFIL DE RISCOS	3
4.1 Gestão de Risco	4
4.2 Apetite ao Risco.....	4
4.3 Risco de Crédito	5
4.3.1 Definição	5
4.3.2 Gestão do Risco de Crédito	5
4.3.3 Nível de Apetite ao Risco de Crédito	7
4.4 Risco de Liquidez	8
4.4.1 Definição	8
4.4.2 Gestão do Risco de Liquidez.....	8
4.4.3 Nível de Apetite ao Risco de Liquidez	9
4.5 Risco de Mercado	10
4.5.1 Definição	10
4.5.2 Gestão de Risco de Mercado.....	10
4.5.3 Nível de Apetite ao Risco de Mercado	10
4.6 Risco Operacional.....	10
4.6.1 Definição	10
4.6.2 Gestão do Risco Operacional	11
4.6.3 Nível de Apetite ao Risco Operacional	12
4.7 Risco Sócio Ambiental	12
4.7.1 Definição	12
4.7.2 Gestão de Riscos Sócio Ambiental	12
4.7.3 Nível de Apetite ao Risco Sócio Ambiental	13
5.0 PROGRAMAS DE TESTES DE ESTRESSE	13
5.1 Testes de Estresse na Carteira de Crédito.....	13
5.2 Teste de Estresse de Liquidez.....	13
6.0 GESTÃO DE CAPITAL.....	14
6.1 Definição e Origem.....	14
6.2 Objetivos	14
6.3 Apuração do Patrimônio de Referência (PR).....	14

1. OBJETIVOS

Este relatório busca atender ao requerido pelo Banco Central do Brasil (Bacen) na Circular 3.930/19, de 14 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre a descrição das estratégias de gerenciamento de riscos e sobre a atuação do Conselho de Administração e ou da Diretoria, de modo a permitir o claro entendimento da relação entre o apetite a riscos da instituição e as suas principais atividades e riscos relevantes, ou seja, uma visão geral do gerenciamento de riscos da instituição (OVA).

O documento visa apresentar de forma detalhada os principais procedimentos relativos à interação entre o modelo de negócios e o perfil de riscos da instituição, e entre esse perfil e o nível de apetite ao risco estabelecido pelo Conselho de Administração, e na sua ausência, pela Diretoria.

São tratados aspectos como a governança no gerenciamento de riscos, canais de disseminação da cultura de riscos na instituição, escopo e principais características do processo de mensuração de riscos, processo de reporte de riscos ao Conselho de Administração e à Diretoria, informações qualitativas sobre o programa de testes de estresse ao gerenciamento de riscos, estratégias de mitigação de riscos e sua efetividade. É também apresentada uma descrição do gerenciamento de capital, incluindo a avaliação de suficiência e adequação do Patrimônio de Referência (PR) para cobertura dos riscos das atividades atuais e projetadas da instituição.

Tal formatação proporcionará transparência e acesso a informações por meio das quais o mercado poderá avaliar a adequação de capital da instituição, atendendo dessa forma às recomendações do Pilar III do Comitê de Basileia de Supervisão Bancária.

2. INTRODUÇÃO

A Instituição acredita que o efetivo gerenciamento de riscos é fundamental para a boa condução dos negócios e condição necessária ao atingimento de seus objetivos estratégicos. Para tanto, uma cultura voltada

para riscos está sendo impulsionada na instituição, com envolvimento de todos os seus níveis hierárquicos e funcionais, desde a linha de frente até a alta administração.

3. ESTRUTURA E RESPONSABILIDADE

A estrutura de Gerenciamento dos Riscos na Via Certa Financiadora é apoiada nas Políticas de Controles Internos e na gestão dos riscos operacional, de mercado, de crédito, sócio ambiental e de liquidez da instituição, avaliadas e aprovadas pela Diretoria da instituição.

A política de Controles Internos e Gestão de Riscos contém as definições do Sistema de Controles Internos da instituição, que consiste em um processo estruturado que abrange a Alta Administração e todos os Colaboradores da organização, com o objetivo de proporcionar uma razoável segurança quanto à conclusão adequada e eficiente dos processos para o alcance dos objetivos estabelecidos, em conformidade com as políticas, normas e regulamentações aplicáveis.

Os papéis e responsabilidades de cada participante do Sistema de Controles Internos e as definições de segregação de funções e conflito de interesses encontram-se descritos nas políticas, sendo sua execução apoiada pela estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos.

Nesta perspectiva, a Gestão do Risco conta com três linhas de defesa, a saber: a primeira, representada pelos funcionários que realizam diretamente as tarefas cotidianas; a segunda, composta pelo corpo Gerencial na coordenação e Supervisão da execução das atividades; e a terceira, desempenhada pelas auditorias interna e externa, cujas responsabilidades estão relacionadas com a verificação do cumprimento de regulamentos e normas de caráter tanto interno como externo, dando origem a relatórios, laudos e pareceres direcionados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

4. MODELO DE NEGÓCIOS E PERFIL DE RISCOS

A Via Certa tem como objetivo precípua a realização de operações de crédito pessoal e de financiamento ao consumo, buscando adequar seu portfólio de produtos de crédito ao perfil da clientela e dos mercados em que atua.

Nessas circunstâncias, o conhecimento necessário de clientes e mercados torna-se condição elementar na definição de estratégias para a maximização dos resultados esperados pela Instituição. Tal processo não pode, portanto, prescindir de instrumentos que permitam uma condução mais assertiva das políticas formuladas pela alta administração, inclusive por meio de ações pontuais direcionadas a questões específicas.

Paralelamente a isto, a excelência dos resultados deve ser alcançada com a observância da regulamentação emanada dos órgãos reguladores, e com o desenvolvimento de uma cultura voltada para a gestão dos riscos, envolvendo desde a alta administração até os funcionários diretamente envolvidos com a realização das tarefas.

4.1 Gestão de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos implementada na Via Certa permite a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento e mitigação dos diversos tipos de riscos a que a instituição está exposta.

A instituição conta com um conjunto de indicadores que permitem o monitoramento do desempenho de suas operações, servindo de base para deliberações acerca de medidas que se mostrem necessárias, compondo a pauta de deliberações do Comitê de Gestão de Riscos.

O referido Comitê, que se reúne regularmente uma vez por mês, tem por finalidade deliberar sobre assuntos diversos relacionados com riscos, tais como análises de indicadores e temas de interesses diversos relacionados a riscos. Dessas deliberações podem resultar recomendações para implementação de medidas corretivas tanto no nível operacional como na revisão de políticas e estratégias, com vistas à manutenção dos níveis de riscos estabelecidos.

4.2 Apetite ao Risco

Define-se o risco como a probabilidade de perdas a que uma instituição está exposta, considerada a somatória dos diversos tipos de riscos incorridos em suas atividades. Assim, o apetite ao risco representa o valor máximo de perda que uma instituição está disposta a suportar, preservados os seus objetivos estratégicos e quanto a resultados, levando em consideração a qualidade dos processos; a qualidade do sistema de controles internos; as

especificidades dos mercados e produtos em que opere; o grau de eficácia dos mitigadores de risco utilizados; e a capacitação dos colaboradores.

Os níveis dos diversos riscos - baixo, médio ou alto - são definidos em consonância com as metas estabelecidas no planejamento estratégico, e levam em consideração a cultura, o perfil e o histórico de atuação da instituição junto ao seu público alvo nos diversos mercados em que atua ou pretende passar a atuar. Sendo assim, a instituição conta com um sistema de gerenciamento de riscos cujas características são compatíveis com os respectivos níveis, os quais são definidos com base em critérios objetivos e fundamentados.

4.3 Risco de Crédito

4.3.1 Definição

O risco de Crédito corresponde à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; à reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

4.3.2 Gestão do Risco de Crédito

Trata-se de um conjunto de pessoas, sistemas, processos e procedimentos devidamente manualizados e documentados, por meio dos quais a instituição acompanha o nível de risco a que se encontra exposta em suas operações de crédito. O risco de crédito será monitorado e gerenciado a partir de relatórios de indicadores, os quais serão utilizados para aferir o grau de aderência dos resultados aos objetivos e metas estabelecidos, viabilizando eventuais revisões e ajustes no processo de crédito como um todo, inclusive políticas e estratégias.

A gestão do risco de crédito terá como fundamento o acompanhamento de indicadores tais como:

a) Inadimplência:

- I. a classificação das operações de crédito conforme o respectivo grau de risco (Resolução 2682) e seu impacto calculado sob o Patrimônio de Referência;
- II. a classificação das operações de crédito conforme faixas de atraso, e seu impacto calculado em relação à carteira total e ao Patrimônio de Referência; (FPD, Mifa 30 60 90)
- III. inadimplência por produto, por segmento de cliente e por base geográfica;
- IV. nível de provisões por produto, por segmento de cliente e por base geográfica; e
- V. histórico de prejuízos, por produto, por segmento de cliente e por base geográfica.

b) Concentração:

- I. valores destinados a devedores ou grupos econômicos, calculados em relação ao total da carteira e ao PR;
- II. valores destinados a setores econômicos (primário, indústria, comércio, serviços), calculados em relação ao total da carteira e ao PR;
- III. valores destinados às diversas linhas de crédito/produtos, calculados em relação ao total da carteira e ao PR;
- IV. valores destinados a clientes com características comuns, calculados em relação ao total da carteira e ao PR;
- V. tendências dos indicadores acima referidos vis a vis os limites estabelecidos nas estratégias e políticas de crédito.

c) Mitigadores:

- I. proporção dos créditos cobertos por garantias (reais/fidejussórias) em relação à carteira e ao PR;
- II. proporção do valor da garantia real em relação ao valor do crédito;

- III. proporção do valor da garantia em relação ao valor do crédito;
- IV. proporção de créditos não cobertos por garantias em relação à carteira e ao PR;
- V. frequência de reavaliação das garantias;
- VI. qualidade da avaliação das garantias.

d) Pagamentos/ Recebimentos

- I. o histórico de eventos de recursos mal liberados;
- II. o histórico de perdas por falha no recebimento de repasses de terceiros (correspondentes, consignatárias, mandatários por cobrança);
- III. a tendência de provisões para perdas desta natureza.

4.3.3 Nível de Apetite ao Risco de Crédito

A instituição define como médio-baixo o nível de risco que está disposta a expor-se em sua carteira de crédito, bem como nas demais operações não diretamente relacionadas à concessão de crédito.

Em relação à carteira de operações de crédito, o nível de risco médio-baixo é resultante da ponderação dos diversos níveis de riscos inerentes aos produtos e mercados em que a instituição opera, consideradas as respectivas concentrações e composição da carteira.

Aspecto importante na definição deste nível de risco é o fato de que a instituição opera basicamente com um ticket médio reduzido em operações massificadas, com foco no empréstimo pessoal e CDC para as classes C, D e E. As proporções de produtos como crédito consignado, crédito com garantias reais e crédito a negativados são reduzidas em relação à carteira total. A atuação abrange todo o território nacional, porém encontra-se mais concentrada na região sul, tanto em termos de parcerias como em alocação de recursos, detendo maior expertise e tradição.

A avaliação de grande parte dos clientes passa por vários birôs de Crédito, sendo considerados aspectos tais como restrições, endividamento e

outras informações pessoais. As propostas de crédito são também submetidas a análises manuais, buscando-se a máxima redução de risco possível.

4.4 Risco de Liquidez

4.4.1 Definição

É a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como encontrar dificuldades para liquidar uma posição junto ao mercado. Quanto ao acompanhamento da situação de liquidez, podem ser utilizados os seguintes indicadores:

- a) a relação entre ativos líquidos e exigibilidades de curto prazo,
- b) percentual de renovações de aplicações;
- c) nível de resgates de aplicações,
- d) nível de concentração na captação,
- e) grau de acerto das projeções (fluxo de caixa projetado x realizado)
- f) teste de estresse

4.4.2 Gestão do Risco de Liquidez

Trata-se de um conjunto sistemas, processos e procedimentos por meio dos quais se busca garantir a existência de recursos financeiros com alto grau de liquidez em patamar compatível com as exigibilidades a que a instituição esteja sujeita. Além da situação atual, são projetados cenários futuros, levando em conta eventos adversos que possam afetar a capacidade financeira da instituição, tais como elevação da inadimplência e aumento de resgates, os quais devem ser objeto de testes de estresse.

A Gestão do Risco de Liquidez concentra-se na prevenção, controle e monitoramento capazes de identificar situações ou problemas que de alguma forma possam comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Instituição.

A VIA CERTA adota como metodologia para mensurar o risco de liquidez as seguintes ferramentas:

Fluxo de caixa real e projetado- este demonstrativo é elaborado e atualizado com base nas diversas transações realizadas pela Instituição que impliquem movimentação financeira. O fluxo projetado demonstra ao longo do tempo o conjunto de ingressos e desembolsos financeiros, permitindo dimensionar o colchão de liquidez necessário para permitir o cumprimento das obrigações da instituição.

O horizonte da projeção deve cobrir o período de, no mínimo, 90 dias, devendo as projeções serem cotejadas diariamente com os valores efetivamente realizados. A origem de eventuais discrepâncias e suas respectivas magnitudes deve ser examinada com vistas ao aperfeiçoamento metodológico de projeção, bem como para permitir o ajuste dos fluxos projetados para o próximo período.

Orçamento- este demonstrativo constitui-se em fonte de informações a serem consideradas na projeção de componentes da formação do fluxo de caixa da Instituição, tais como produção, recebimentos, captação, resgates, custos, investimentos, entre outros.

Teste de aderência- constitui-se do acompanhamento e confronto diário entre os valores programados que constam no fluxo de caixa projetado e aqueles que efetivamente foram realizados. Objetiva-se com esse acompanhamento e confronto diário, a identificação dos principais desvios, sua frequência e representatividade, com o fim de proporcionar elementos de convicção para determinar ajustes nas programações dos fluxos e o aperfeiçoamento de todo o processo.

4.4.3 Nível de Appetite ao Risco de Liquidez

Fiel à sua tradição, a Via Certa se propõe a operar com baixo nível de risco de liquidez, implementando uma política de manutenção de disponibilidade de recursos de alta liquidez, capaz de cobrir com confortável folga as necessidades de recursos projetadas.

4.5 Risco de Mercado

4.5.1 Definição

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, decorrentes de variações de taxas de juros, preços de ações, variação cambial e preços de mercadorias (commodities).

4.5.2 Gestão de Risco de Mercado

Trata-se de um conjunto de sistemas e procedimentos por meio dos quais a instituição monitora possíveis descasamentos entre taxas de juros relativas à posições ativas e passivas. O nível de risco de mercado pode ser especificado por limites tais como valores máximos de posições; perda máxima admitida; descasamentos e limites de estresse. O grau de aderência aos limites constitui indicador para efeito de monitoramento do risco.

4.5.3 Nível de Apetite ao Risco de Mercado

A Via Certa não mantém, nem tem por estratégia manter, operações nos mercados de câmbio, commodities ou de capitais. No que se refere a possíveis perdas oriundas de variações da taxa de juros, a estratégia de proteção utilizada pela Instituição é praticar em suas operações de crédito um spread capaz de absorver os efeitos de possíveis elevações de curto e médio prazos. Nestas circunstâncias, o nível de exposição ao risco de mercado é considerado médio baixo.

4.6 Risco Operacional

4.6.1 Definição

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. Inclui-se como risco operacional o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como

as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

O risco operacional envolve falhas nos controles internos. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- fraudes internas;
- fraudes externas;
- demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;
- situações que acarretem a interrupção das atividades da Instituição;
- falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação;
- falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na Instituição.

4.6.2 Gestão do Risco Operacional

Trata-se de um conjunto de procedimentos, processos e sistemas voltados ao acompanhamento da realização das atividades da instituição, incluindo-se nessas atividades a contratação de serviços de terceiros e correspondentes.

A partir de ocorrências relacionadas com os itens mencionados acima, serão construídos indicadores para monitoramento do desempenho das diversas atividades realizadas na Instituição, com base nos quais poderão ser aperfeiçoados os processos com vistas à minimização das possibilidades de falhas.

O gerenciamento do risco operacional prevê a execução das seguintes etapas:

- a) A identificação dos riscos operacionais por meio do mapeamento de processos e identificação das perdas contabilizadas;

- b) Avaliação e classificação dos riscos, analisando o ambiente e as atividades de controle (impacto da materialização do risco versus probabilidade de ocorrência);
- c) Priorização e definição de planos de ação para mitigação dos riscos;
- d) Monitoramento e reporte;

4.6.3 Nível de Apetite ao Risco Operacional

A instituição tem por política investir no aperfeiçoamento de seus processos, produtos e serviços, buscando dotar sua estrutura física e de recursos humanos de todos os requisitos para um desempenho de alto nível. Assim, a instituição propõe-se a operar com nível médio baixo de risco operacional.

4.7 Risco Sócio Ambiental

4.7.1 Definição

Define-se risco socioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos sócio ambientais. Tais danos podem decorrer de atividades da própria instituição, assim como de atividades de clientes por ela financiados.

4.7.2 Gestão de Riscos Sócio Ambiental

Manter estrutura de governança compatível com o seu porte, a natureza do seu negócio, a complexidade de serviços e produtos oferecidos, bem como com as atividades, processos e sistemas adotados, para assegurar o cumprimento das diretrizes e dos objetivos da PRSA.

A estrutura de governança deve prover condições para o exercício das seguintes atividades, no âmbito da PRSA:

- Implementar as ações;
- Monitorar o cumprimento das ações implementadas;
- Avaliar a efetividade das ações implementadas;

- Verificar a adequação do gerenciamento do risco socioambiental estabelecido;
- Identificar eventuais deficiências na condução de suas ações.

A atribuição de monitorar e avaliar a PRSA, podendo, inclusive, propor aprimoramentos, ficará a cargo do Comitê de Gestão de Riscos.

4.7.3 Nível de Appetite ao Risco Sócio Ambiental

A instituição atua preponderantemente com empréstimos pessoais e crédito direto ao consumidor, inexistindo operações cujo financiamento possa ensejar a utilização de recursos com potenciais danos ambientais. Nestas circunstâncias, o nível de apetite ao risco sócio ambiental é considerado baixo.

5.0 PROGRAMAS DE TESTES DE ESTRESSE

O teste de Estresse é a ferramenta por meio da qual a instituição verifica o impacto das potenciais perdas decorrentes dos diversos riscos sobre a sua situação patrimonial, com consequência sobre o cumprimento dos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente (DLO- Demonstrativo de Limites Operacionais do Bacen). Trata-se, portanto, de um instrumento imprescindível para a gestão de capital.

5.1 Testes de Estresse na Carteira de Crédito

Trata-se da simulação de cenários com base nos quais estima-se o impacto da PDD sobre o resultado e, por via de consequência, sobre a situação patrimonial da instituição, em circunstâncias de deterioração da qualidade da carteira de crédito. Este teste deve também ser utilizado na formulação e especificação de parâmetros para o lançamento de novos produtos.

5.2 Teste de Estresse de Liquidez

Trata-se da projeção, num horizonte de 90 dias, dos fluxos de ingresso e saída de recursos financeiros. Para fins de mensuração do risco de liquidez – incapacidade de cumprimento de obrigações financeiras na data de seu vencimento – deverão ser projetados cenários diversos, assumindo hipóteses

de circunstâncias que possam influenciar negativamente o comportamento dos fluxos de ingressos e saída de recursos, tais como queda no recebimento devido à inadimplência e despesas imprevistas.

6.0 GESTÃO DE CAPITAL

6.1 Definição e Origem

A estrutura de gerenciamento de capital implementada pela Via Certa utiliza mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive aqueles não cobertos pelo PRE, a otimização do uso do capital e a antecipação das necessidades futuras de aumento de capital para sustentar os objetivos estratégicos.

6.2 Objetivos

A apuração do capital regulamentar é realizada através de modelos padronizados determinados pelo BACEN. Visa a monitorar e controlar o capital mantido pela instituição e avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita. O gerenciamento para a adequação de capital é realizado através da consolidação das informações do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE).

6.3 Apuração do Patrimônio de Referência (PR)

O Patrimônio de Referência (PR) é apurado de acordo com o artigo 1º da Resolução 3.444/07 do BACEN:

- Nível I do PR: é apurado mediante a soma dos valores do patrimônio líquido, aos saldos das contas de resultado credoras deduzindo os saldos das contas de resultados devedoras, excluídos os valores correspondentes a instrumentos financeiros derivativos para hedge de fluxo de caixa.

Em 30 de junho de 2019, a Financeira encontrava-se enquadrada nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor, apresentando Índice de Basileia de 13,18%.